

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

IDENTIDADE, RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DISCURSIVA NOS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Rosana Matos da Silva Trivelato - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maria Aparecida Moura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

IDENTITY, RELIGION AND THE DISCURSIVE FORMATION IN SYSTEMS OF BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Com o aporte do conceito de formação discursiva de Michel Foucault (2012) e estudos sobre a questão da identidade, o presente trabalho apresenta uma análise do esmaecimento de discursos nos sistemas de classificação bibliográfica, nomeadamente Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU). Para operacionalizar a análise proposta, examinaram-se dos esquemas de classificação bibliográfica e reuniram-se algumas narrativas de especialistas da Religião, para reflexão sobre o papel de referidos sistemas e respectivo arranjo na representação do conhecimento de um babalorixá, um cientista da religião, um espírita, um evangélico e de um padre. Nesse ponto, apoiou-se também nas questões de identidade, para o entendimento de como os procedimentos de controle do discurso e sua legitimação podem promover a naturalização da ausência de povos e crenças, tanto na CDD quanto na CDU, sistemas que têm a pretensão de serem aplicados universalmente. Nos resultados, observa-se que a análise do arranjo dos sistemas de classificação bibliográfica bem como a análise das narrativas dos especialistas da religião demonstraram o viés católico, o esmaecimento e, por vezes, até a exclusão de crenças e alteridades. Além disso, apontam para a necessidade de se mobilizar novas ferramentas que contribuam para a representação não hegemônica do conhecimento.

Palavras-Chave: Sistemas de Classificação Bibliográfica; Identidade; Formação discursiva; Religião.

Abstract: With the support of the concept of the discursive formation of Michel Foucault and studies on the question of identity, this paper presents an analysis of the fading of discourses within classification systems, Classification Decimal Dewey (DDC) and Universal Decimal Classification (UDC). In order to operationalise the proposed analysis, examined the bibliographic classification schemes and met some of the narratives of experts of religion, to reflect on the role of these systems and their arrangement in knowledge representation of an article, a scientist of religion, a spiritist, an evangelical and a priest. At this point, it also relied on questions of identity for the understanding of how discourse control procedures and their legitimation can promote the naturalization of the absence of peoples

and beliefs in both DDC and UDC, systems that are intended to be applied Universally. In the results, it is observed that the analysis of the arrangement of the systems of bibliographic classification as well as of the narratives of religion specialists have proved the systems the issue of Catholic bias in these systems, as well as pointing out the need to mobilize new tools that contribute to the non-hegemonic representation of knowledge.

Keywords: Systems of bibliographic classification; Identity; Discursive formation; Religion.

1 INTRODUÇÃO

[...] olhar para a Invisibilidade é enfatizar a demanda transitiva do sujeito por um objeto direto de auto-reflexão, um ponto de presença que manteria sua posição enunciatória privilegiada enquanto sujeito (BHABHA, 1998, p.80).

No âmbito deste trabalho, os sistemas de classificação bibliográfica, Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU) foram considerados como instrumentos constituídos por formações discursivas e, portanto, suscetíveis a reprodução de discursos do poder.

Assim, a partir do conceito de formação discursiva de Foucault (2012), na presente proposta, transcorreu uma análise da estrutura dos sistemas de classificação bibliográfica seguido de um cotejamento entre os discursos de especialistas da área de religião. Isso, com o objetivo de evidenciar, nas falas dos especialistas, enunciados que, por vezes, promovem naturalização da ausência de algumas Religiões nos sistemas de classificação bibliográfica.

Ao se examinar de forma empírica os sistemas de classificação bibliográfica, que devem, na medida do possível, destinarem-se a uma aplicação universal, observa-se que a estrutura desses arranjos apresenta uma forma que pode nos levar à ideia de subordinação ou até mesmo a considerar alguns temas inferiores a outros.

1.1 Classificação Bibliográfica

A questão do viés católico nos sistemas de classificação bibliográfica, abordado por alguns autores como OLSON, 1998; MAI, 2010; ADLER, TENNIS, 2013; TRIVELATO, MOURA, 2016, expressa o visível desequilíbrio na representação das Religiões e das alteridades não hegemônicas nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Nesse contexto, para se atingir o objetivo proposto e observarem-se os sistemas de classificação bibliográfica sob a perspectiva da formação discursiva, fez-se necessária a

indicação das instâncias de sua emergência, que pode ser retratada pela necessidade humana de desenvolver instrumentos com o intuito de sistematizar o conhecimento produzido.

Sabe-se que os sistemas de classificação bibliográfica foram embasados no processo de classificação dos saberes e dos seres de Aristóteles e “almejavam simplificar e facilitar o livre acesso a documentos”. Ao longo do tempo, seguiram uma dinâmica social e foram se adaptando às novas realidades emergentes. Decerto, as classificações do conhecimento emergiram da necessidade natural do homem em ordenar ideias (BARBOSA, 1969; ANJOS, 2008). Adotam procedimentos necessários para “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. Classificar é dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos” (PIEIDADE, 1977, p. 9). Resulta, assim, que as classes são estabelecidas a partir da adoção de um critério que determinará os atributos compartilhados pelos membros de cada uma das classes definidas.

Apostel (apud POMBO, 1998, p. 19-33) acrescenta as seguintes características à classificação:

- cada classificação tem por detrás um determinado mecanismo classificador que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação;
- cada classificação persegue uma mais ou menos sistemática multiplicidade de fins que, em última análise, vão determinar a sua estrutura;
- cada classificação exerce-se sobre um domínio da realidade cujas estruturas internas tornam mais ou menos fácil as operações necessárias à classificação;
- cada classificação constrói-se no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados;
- para cada classificação, existe um produto externo da atividade classificadora, que se apresenta como uma árvore genealógica mais ou menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório global, o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.

É importante enfatizar que um sistema de classificação bibliográfica deve ser capaz de expressar o relacionamento entre classes, relacionamento “sintático”, que envolve uma ligação entre classes gramaticais e um segundo tipo de relacionamento; e o “hierárquico”,

porque envolve o reconhecimento da subordinação entre as classes, tais como, relações entre uma coisa e o seu tipo (primatas – macacos), uma coisa e os seus processos (aves – respiração de aves) e uma coisa e suas partes (peixes – olhos do peixe).

Assim, o estabelecimento de hierarquias e subordinações é considerado como uma das prioridades no arranjo da elaboração de sistemas de classificação e foi originalmente pensada por filósofos que influenciaram o trabalho dos classificionistas, no sentido de construir instrumentos para a organização do conhecimento.

1.2 Formação Discursiva

A pesquisa arqueológica de Michel Foucault (2012) procura centralizar e compreender o discurso, tendo em vista a relação das práticas discursivas estabelecidas com os objetos que podem ser “nomeados” pelas ciências modernas. Assim, a pretensão aqui delineada se firmou em pensar sobre como o discurso opera em algum objeto do saber (como as Religiões) situando-o em relação ao que foi dito, escrito e feito sobre este mesmo objeto nas edições da CDD e CDU.

Para considerar o discurso como elemento constituinte desta análise, foi preciso evidenciar o seu caráter socialmente constituído em várias dimensões como: “o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais ” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65). Neste ponto, assinala-se a interlocução que julgamos necessária para empreender a análise proposta: o discurso, as formas sociais do ‘eu’ (identidades) e as estruturas conceituais de representação do conhecimento.

Para avançar no entendimento das categorias de análise proposta, destaca-se que, inicialmente, para entender a unidade do discurso, é necessário observá-lo diante de quatro hipóteses. A primeira assinala que o caráter desconcertante do discurso está na descontinuidade, na necessidade de assumir recortes provisórios e de escolher domínios de análise em que as relações corram o risco de serem numerosas e densas. Definem-se os objetos “relacionando-os ao conjunto das regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e constituem assim suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2012, p. 36).

A segunda hipótese define um grupo de relações entre enunciados: a forma e o tipo

de encadeamento, constituída de um estilo e de uma forma constante. As enunciações são heterogêneas e coexistem dentro de uma disciplina. Assim, no discurso, podem-se identificar regras que tornam possível a existência de enunciações diversas.

Na terceira hipótese, a unidade de um discurso não se encontra em um sistema fechado de conceitos compatíveis entre si: há um núcleo de base a partir do qual outros conceitos seriam derivados, e, portanto, formaria uma espécie de “arquitetura conceitual”.

A quarta hipótese, da identidade e persistência dos temas, relaciona as teorias e estratégias do discurso com os temas. “A quarta hipótese, para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas” (FOUCAULT, 2012, p. 40).

De modo geral, deve-se esclarecer que, nas unidades do discurso, depara-se com um domínio com séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações. As formulações enunciativas de níveis diferentes, com funções heterogêneas para compor uma figura única, simulam através do tempo e além das obras individuais como um grande texto ininterrupto. Os conceitos se diferem em uma estrutura e, nas suas regras de utilização, se ignoram ou até mesmo se excluem, o que os impossibilita de entrar na unidade de uma arquitetura lógica. E, ao invés da permanência temática, um conjunto de possibilidades estratégicas diversas permite a ativação de temas incompatíveis, ou até mesmo a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes (FOUCAULT, 2012:42).

Assim, denominam-se por formação discursiva os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, que possam definir uma regularidade. As regras para a formação discursiva são as condições de existência e, também, as de coexistência, as de manutenção, as de modificação e as de desaparecimento de um dado discurso. O entendimento de formação discursiva se dá a partir da descrição de quatro direções de funcionamento dos saberes: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias.

1.3 Identidade

Reconhecidamente, as questões identitárias têm sido consideradas temas centrais para uma agenda contemporânea. Porém, ao abordar a questão da identidade, usamos como

referência um processo socialmente construído, que não cabe nos moldes de uma identidade integral, originária e unificada, conectada a um “núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história” (HALL, 2000, p. 108). Em oposição a essa concepção essencialista, optamos por conceito estratégico e posicional com referência a uma abordagem discursiva, onde a identificação é um processo em construção.

Dessa forma, ao se falar de identidade, usamos como referência as capacidades socialmente construídas, individuais ou coletivas, de se manterem no interior de um campo de relações, correspondendo a dizer que as identidades são construídas no interior das práticas discursivas e em contextos históricos e institucionais específicos. Além disso, as identidades emergem no interior do jogo de verdade do discurso, ou seja, são regidas por modalidades específicas de poder. Dessa maneira, as identidades se constituem pela diferença e têm as fronteiras demarcadas pela exclusão.

Assim, as identidades podem ser consideradas pontos de identificação, por se tratarem de pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. A construção das identidades não se refere a uma essência, mas a um posicionamento. Para o entendimento da experiência da diáspora, é necessário o reconhecimento de que a diversidade e a heterogeneidade fazem parte de uma concepção de “identidade”, que vive com e através da hibridização, e não da diferença. Dessa forma, as identidades diaspóricas são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 1996, p. 75).

Outro aspecto destacado no processo de constituição das identidades está relacionado às novas formas de pensar a respeito do processo colonizador empreendido pelos países europeus. Como a maior parte das interpretações dos países colonizados foi pautada em conceitos advindos dos países colonizadores, o colonizado foi diferenciado como o “outro”, como “minoría”, mas não no sentido de quantidade, e sim no sentido de inferioridade, incivilidade.

Bhabha (1998, p. 75-76), a partir da leitura do psicanalista Fanon, aponta três condições subjacentes a uma compreensão da identificação: (1) o lugar de identificação, “sempre em relação ao lugar que o desejo do Outro é articulado”; (2) o espaço de cisão, “não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do

homem negro”; (3) a demanda da identificação, “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-datada, nunca uma profecia auto-cumpridora – é sempre uma produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. Dessa forma, o sujeito colonial é sobredeterminado de fora, isto é, a demanda por identificação, ser um para o outro, implica na representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade.

Nesse contexto, é necessário compreender as fronteiras do discurso colonial, para compreender, através do olhar pós-colonialista, os processos históricos, sociais e culturais, que há pouco se libertaram do jugo colonial, e podem constituir elementos para a transgressão dos limites de alteridades.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que as Religiões possuem uma singularidade e reivindicações identitárias próprias, buscamos observar uma descontinuidade nos discursos promovidos pelos sistemas de classificação bibliográfica e mostrar quais os discursos que se mantêm dentro ou fora do escopo de representação do conhecimento nesses sistemas. Em um primeiro momento, analisamos a estrutura hierárquica da classe Religião, a fim de verificarmos a trajetória discursiva de determinados temas e caracterizá-los de acordo com as suas diferentes significações no âmbito dos seus sucessivos discursos. Em um segundo momento, analisamos as narrativas de especialistas da Religião frente às classes dos sistemas de classificação bibliográfica e a demarcação do espaço do outro nesses instrumentos foi mostrada.

O entendimento do conceito de formação discursiva de Foucault (2012) nos levou a considerar as práticas discursivas como elementos constitutivos do conhecimento e a fonte que se reverbera em instrumentos técnicos de organização do próprio conhecimento. Para explorarmos nossa proposta, destacamos no quadro 1 as categorias de análise que fundamentam a interpretação da pesquisa.

No quadro 1 – Aproximações entre as categorias da formação discursiva e as características da classificação, apresentamos o desdobramento do referencial teórico organizado, traçando um paralelo entre as quatro categorias fundamentais para o entendimento da formação discursiva (FOUCAULT, 2012, p. 40-42) e as características das

classificações apontadas por Apostel apud Pombo (1998, p 19-33).

Quadro 1: Aproximações entre as categorias da formação discursiva e as características da classificação

Categorias da formação discursiva (FOUCAULT, 2012, p. 40-42)	Características da classificação (APOSTEL apud POMBO, 1998, p. 19-33)	Exemplos
<p>(1) Descontinuidade do discurso: “A propósito dessas grandes famílias de enunciados que se impõem a nosso hábito [...] eu me perguntava em que poderiam fundar sua unidade. Em um domínio de objetos cheio, fechado, contínuo, geograficamente bem recortado? Deparei-me, entretanto, com séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações.”</p>	<p>“cada classificação tem por detrás um determinado mecanismo classificador que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação;”</p>	<p>2 Religião. Teologia Ver também 122/129 Metafísica especial 133 Paranormal. O oculto. Fenômenos psic. 17 Filosofia moral. Ética. Filosofia prática 322 Relações entre o estado e a igreja. Política em relação à religião. Política da Igreja 348 Direito eclesiástico. Direito canônico. Direito religioso 39 Antropologia cultural. Etnologia. Etnografia. Usos e costumes. Tradições. Modo de vida. Folclore.</p>
<p>Formulações enunciativas (2): “As enunciações são heterogêneas e coexistem dentro de uma disciplina. Em um tipo definido e normativo de enunciação? Mas encontrei formulações de níveis demasiado diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem se ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de grande texto ininterrupto.”</p>	<p>“cada classificação constrói-se no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados;”</p>	<p>21/29 Sistemas religiosos. (CDU) 21 Religiões pré-históricas e primitivas 22 Religiões originárias do Extremo Oriente 23 Religiões originárias do subcontinente indiano. Hinduísmo em sentido lato 24 Budismo 25 Religiões da Antiguidade. Cultos e religiões menores 26 Judaísmo 27 Cristianismo. Igrejas e denominações cristãs 28 Islamismo 29 Movimentos espirituais moderno</p>

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

<p>Identidade e a persistência dos temas (3): “encontramos na presença de conceitos que diferem em estrutura e regras de utilização, que se ignoram ou se excluem uns aos outros e que não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica. Na permanência de uma temática? Ora, encontramos, em vez disso, possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes.”</p>	<p>“para cada classificação existe um produto externo da atividade classificadora que se apresenta como uma árvore genealógica mais ou menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório, o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.”</p>	<p>1 Filosofia. Psicologia (CDU) 11 Natureza e âmbito da filosofia 13 Filosofia da mente e do espírito. 14 Sistemas e pontos de vista filosóficos 159.9 Psicologia 16 Lógica. Epistemologia... 17 Filosofia moral. Ética. Filosofia prática</p>
<p>Formação dos conceitos: arquitetura conceitual (4): “Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas.”</p>	<p>“cada classificação persegue uma mais ou menos sistemática multiplicidade de fins que, em última análise, vão determinar a sua estrutura;”</p>	<p>220 Bíblia (CDD) 221 Antigo Testamento 222 Livros históricos do AT 223 Livros poéticos do AT 223.2 Salmos 223.7 Provérbios 223.9 Cantos de Salomão 224 Livros proféticos do AT 225 Novo Testamento 226 Evangelhos e Atos dos Apóstolos 226.2 Evangelho de Mateus 226.3 – de Marcos 226.4 – de Lucas 226.5 – de João ...</p>

Fonte: Elaborado pelos autores – 2017.

Na categoria de análise “descontinuidade do discurso” (1), procuramos encontrar e reconhecer os laços existentes entre enunciados familiares, mas os sistemas de classificação bibliográfica apontam da Religião para outros domínios, como, por exemplo, as religiões de matrizes africanas brasileiras que, por vezes, são representadas na classe “Antropologia cultural”, normalmente na categoria de “Folclore”. Isso evidencia “séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações”.

As relações se definem pela forma e pelo tipo de encadeamento em que enunciados heterogêneos podem coexistir dentro de domínios ou disciplinas. Assim, as “formulações

enunciativas” (2) podem vincular-se ao princípio de que “cada classificação constrói-se no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio”. Ao encadeamento dado às Religiões no SOC, por exemplo, novos critérios de classificação podem ser incorporados, como histórico, geográfico ou número de seguidores. No exemplo apresentado, como preconizado por Bliss, Brown, Ranganathan e outros sistemas decimais, a abordagem adotada pela CDU foi uma combinação entre uma ordem cronológica de acordo com o surgimento de documentos associados a critérios “filosóficos”. (BARBOSA, 1969, p. 49)

À “identidade e persistência de temas” (3), vinculamos o princípio de que em cada classificação há o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório. Como exemplo, temos a área de Psicologia inserida dentro da classe de Filosofia demonstrando um princípio da formação discursiva que articula estratégias diversas permitindo a ativação de temas que podem ser incompatíveis.

A categoria de análise “formação dos conceitos: arquitetura conceitual” (4) refere-se a grupos de enunciados a partir de sistemas de conceitos encadeados por um eixo temático. Como exemplo, apresentamos a categorização dos livros da Bíblia, representada por “posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”.

2.1 Análise da Estrutura Hierárquica

No início da análise pelo arranjo da CDD, observamos que a programação da estrutura da classe Religião privilegia apenas três grupos de conteúdo: Filosofia e teoria da Religião (notação 210), Cristianismo e elementos da Religião Cristã (notação 220/280) e Religiões não cristãs (notação 290). O Cristianismo e os seus elementos específicos ocupam as subclasses Bíblia (220), Teologia dogmática (230), Teologia moral (240), Teologia pastoral (250), Teologia eclesial (260), História do Cristianismo (270) e Denominações cristãs (280), demonstrando claramente o viés cristão da estrutura da classe Religião.

Apesar de eleger o viés cristão e promover o esmaecimento dos sujeitos das religiões não-cristãs na subclasse em uma classe intitulada “Outras Religiões”, a CDD tenta acomodar de forma equilibrada as diversas religiões em uma mesma categoria. Contudo, a nomeação da classe “outras” pode nos remeter a uma ideia de exclusivismo posta ao Cristianismo enquanto uma tradição ocidental.

Já na CDU, percebe-se um esforço em abarcar a diversidade de crenças em diferentes contextos culturais tentando categorizar as Religiões a partir de uma fé, e com ressalvas, incluiu movimentos que envolvem diversas crenças: o Budismo, Judaísmo, Hinduísmo, Islamismo e as Religiões primitivas e do Extremo Oriente, que pertenciam anteriormente à categoria “Outras Religiões” para o mesmo nível hierárquico do Cristianismo. Promove-se, assim, uma tentativa de descentrar do viés do cristão da estrutura principal da classe Religião. Contudo, as Religiões passaram a poder ser combinadas com categorias que anteriormente pertenciam ao Cristianismo, Quadro 2.

Quadro 2: Subdivisões Auxiliares Especiais da Religião - CDU - edição 2007.

2-1 Teoria e filosofia da religião
2-2 Evidências da religião
2-3 Pessoas em religião
2-4 Atividades religiosas. Práticas religiosas
2-5 Adoração no sentido amplo. Culto. Ritos e cerimônias
2-6 Processos em religião
2-7 Organização e administração religiosa
2-8 Religiões segundo as suas características
2-9 História da crença, religião, denominação ou igreja

Fonte: Elaborado pelos autores – 2017.

A criação das “Subdivisões Auxiliares Especiais” (Quadro 2), permite que dois ou mais termos auxiliares possam ser adicionados a um número de classe principal, ou seja, adicionados a qualquer Religiões e sistemas de crenças constantes na classe 2. Contudo, as subdivisões, ou facetas foram remodeladas a partir da estrutura principal da edição de 1993 (BROUGHTON, 2000). Observa-se, no Quadro 3, a semelhança das enunciações.

Quadro 3: Classes da Religião - CDU - edição 1993.

21 - Filosofia e Teoria da religião
22 – Bíblia
23 - Teologia dogmática
24 - Teologia moral
25 - Teologia pastoral
26 - A Igreja
27 - História do cristianismo
28 - Denominações cristãs
29 - Outras religiões

Fonte: Elaborado pelos autores – 2017.

Como as subdivisões foram baseadas a partir de uma estrutura considerada arcaica e

demarcada pelo viés católico, então também podem corroborar pela manutenção do discurso sob esse viés, o que, segundo nossa proposta de análise, circunscreve-se na categoria de “descontinuidade do discurso”, evidenciando jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações (FOUCAULT, 2012, p.40).

2.2 Análise das Narrativas de Especialistas

A fim de mostrar essa sistemática, examinamos as narrativas de um Babalorixá, de um Cientista da Religião, de um Espírita, de um Evangélico e de um Padre quanto à questão da representação da produção do conhecimento na área de religião, de acordo com o tema de pesquisa e/ou interesse.

Apresentamos o Quadro 4: Produção do conhecimento versus representação do conhecimento da CDD e CDU, para comparar as narrativas dos entrevistados.

Quadro 4: Produção do conhecimento versus representação do conhecimento na CDD e CDU.

Especialista	Narrativas
Babalorixá	<p>“[...] uma forma de desqualificar o outro [...], porque não tem nenhuma tradição escrita [...]”</p> <p>“O Candomblé do Brasil é perseguido”</p> <p>“Embora possam estar colocados dentro do campo da antropologia mas eles representam uma produção sobre a experiência religiosa desses sujeitos. Quer dizer, este pesquisador tem feito uma tentativa de classificação, de organização, de codificação das práticas religiosas africanas elas deveriam estar colocadas numa organização relacionada a isso”.</p>
Cientista da Religião	<p>Então nessa área Ciências da religião, o que eu pesquiso? A questão do pluralismo religioso do diálogo inter-religioso. Eu não vi isso explicitado aqui.</p>
Espírita	<p>“O que eu sinto mais falta: são temas, são conceitos, são ideias centrais que são importantes no pensamento espírita [...] a gente não encontra marcador, nem nome, nem número, nem nada [...]”</p> <p>“Espiritismo no Brasil classificado como religião. Não é correto nem incorreto, é insuficiente”.</p> <p>“Eu não me vejo nisso, nessas categorias. Eu não me vejo mesmo! [...]. Eu tenho uns pedacinhos que com boa vontade pode ser que a gente se enxergue neles. Se o Espiritismo estivesse aqui e ele não está aqui. Agora não sei se isso é bom ou ruim”.</p>
Evangélico	<p>De forma geral, coloca estas questões de denominação, de Cristianismo, de denominações cristãs. Então, eu não observo uma diferenciação para estas questões que para dentro do contexto Protestante, dentro do contexto Evangélico é evidente, é real.</p>
Padre	<p>Ele é melhor porque eu trabalho, enquanto teólogo, naquilo que é específico mesmo do cristianismo: a questão da revelação divina, a fé cristã, os tratados de Cristologia, eclesiologia, Mariologia, antropologia cristã. (Referindo-se a CDD)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores – 2017.

Observa-se que, nas narrativas, os sujeitos evidenciaram alguns importantes questionamentos acerca do desequilíbrio e esmaecimento da representação de crenças e das alteridades não hegemônicas apresentadas nos SOC em relação aos sistemas de classificação bibliográfica estudados. Desse modo, expressões como “não me vejo”, “não está”, “eu não observo” demarcam a indiferença, o anonimato a que são relegadas. Aqui, “desqualificar”, “menos tradicional”, “perseguido”, “insuficiente”, “falta” não se referem a modos de interdição de um discurso religioso em detrimento de outro. Os fragmentos a seguir elucidam os modos de interdição que levam à descontinuidade do discurso.

As narrativas se inserem em questões relacionadas à identidade, aos embates entre a tradição ocidental e a cultura eurocêntrica imposta pelos colonizadores portugueses; as Religiões vivenciam suas identidades no processo em que resultou do país independente do colonizador europeu e em uma busca constante pelo reconhecimento de identidade não hegemônicas.

No Quadro 5: Outras Religiões na CDD e CDU, podemos observar que na percepção dos sujeitos, as classificações bibliográficas estudadas apresentam um desequilíbrio e esmaecimento da representação de crenças, principalmente, no caso do Espiritismo e Candomblé.

Quadro 5: Outras Religiões na CDD e CDU.

Especialista	CDD	CDU
Cientista da religião	<p>Até numericamente, [a CDD] tem mais descrições para o Cristianismo do que para o que ele chama de “Outras Religiões”. Ela é muito mais, eu chamaria de exclusivista, detalhando de forma mais pormenorizada a religião cristã e reclassificar de forma geral.</p> <p>É toda uma estrutura pensada a partir do Cristianismo. Uma classificação pensada a partir do Cristianismo. Ele não pensa, ele não rediscutiu. Ele põe assim tudo que é Hinduísmo fica aqui nessa numeração 294.5. Tudo que é Janaísmo, Budismo e tal, e não tenho a preocupação de dividir como ele fez no Cristianismo.</p> <p>As duas [tabelas] privilegiam o Cristianismo só que a segunda [CDD] ela privilegia mais [...]</p>	<p>Aí ele trabalha com outras religiões. Só que mesmo assim, a subdivisão se tem do Cristianismo acaba sendo maior do que subdivisão que se apresenta para as Religiões. Mas é melhor que a segunda opção, Dewey [CDD], que é muito mais focado na religião cristã.</p> <p>[...] essa aqui [CDU] leva mais em consideração as outras, ela subdivide o judaísmo, a Decimal universal, ele subdivide ela pelo menos leva um pouquinho mais em consideração.</p>

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Evangélico	Tanto na tabela CDD quanto na tabela CDU eu observo que as questões relacionadas a denominações cristãs, Cristianismo. Igreja.	Tanto na tabela CDD quanto na tabela CDU eu observo que as questões relacionadas a denominações cristãs, Cristianismo. Igreja.
Padre	<p>[CDD], que você me apresenta aqui e ela de fato tem uma perspectiva Cristã. O Cristianismo realmente ocupa a maior parte dos itens e há uma preocupação principalmente com a Teologia Cristã.</p> <p>A questão do Cristianismo é uma vantagem, a escolha dele nesta perspectiva para uma perspectiva mais aprofundada da Teologia Cristã, ele consegue mais pelos títulos e temas aqui, aprofundar questão do Cristianismo.</p> <p>Ele é melhor porque eu trabalho, enquanto teólogo, naquilo que é específico mesmo do cristianismo: a questão da revelação divina, a fé cristã, os tratados de Cristologia, eclesiologia, Mariologia, antropologia cristã.</p>	<p>(CDU), a questão do Cristianismo, penso, que para um aprofundamento ela ficou um pouco a desejar.</p> <p>Eu também penso que a nível de opção por um sistema que dê um diálogo entre as religiões este segundo (CDU) o que é melhor, porque a questão, também, dos livros sagrados, da história, daquela determinada religião, a questão da natureza da própria religião aqui é tratada de uma forma de um diálogo. (Padre)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores – 2017.

A questão do viés católico nos sistemas de classificação bibliográfica foi evidenciada nos discursos do Cientista da religião, do Evangélico e do Padre. Os especialistas entrevistados referenciaram o Cristianismo na CDD com os enunciados: “Cristianismo acaba sendo maior do que subdivisão”; “tem mais descrições para o Cristianismo, estrutura pensada a partir do Cristianismo”; “ela privilegia mais”; “de fato tem uma perspectiva Cristã”; “o Cristianismo é uma vantagem”; “denominações cristãs, Cristianismo e Igreja” apontando o destaque dado ao Cristianismo nos sistemas, e apenas uma das falas aponta o viés do Cristianismo como vantagem, no caso, o pesquisador que trabalha com o tema. Já quanto a CDU, obtivemos as seguintes formulações: “aí ele trabalha com outras religiões”; “leva mais em consideração as outras”; “para um aprofundamento ela ficou um pouco a desejar”; “um diálogo entre as religiões”; “denominações cristãs, Cristianismo e Igreja”. Os enunciados que relacionam a CDU ao destaque do viés do Cristianismo foram menores e, ainda, fizeram alguma consideração sobre a inclusão de Religiões distintas do Cristianismo. Em uma fala, mencionou-se que a representação do Cristianismo tornou-se insuficiente na CDU.

As narrativas mostraram que as formações discursivas propostas pelos sistemas de classificação bibliográfica funcionam como um invólucro, um separador de mundos, onde o

espaço do outro está ameaçado. Nesse contexto, as alteridades não hegemônicas parecem estar longe de serem reconhecidas no âmbito dos SOC. Alguns termos como “desqualificar”, “menos tradicional”, “menos puro”, “perseguido”, “insuficiente” e “falta” demonstram que as normas que regulam as identidades religiosas consideram as Religiões hegemônicas em detrimento do que o SOC relega ao espaço das ‘outras religiões’.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Religiões de matrizes africanas, geralmente, estão categorizadas em uma classe denominada “Outras Religiões” e/ou também na classe Antropologia (Ciências Sociais), mais precisamente em uma subclasse denominada Folclore, o que poderia evidenciar o esmaecimento das crenças praticadas pelos negros no Brasil.

A análise das narrativas dos estudiosos e/ou especialistas de religião apontou para a questão do viés cristão predominante nas classificações bibliográficas. E aí surge a importância dos estudos de análise do discurso no campo da representação do conhecimento. Afinal, os sistemas de classificação bibliográfica podem ser afetados pela cultura, pelo tempo e pelo lugar de sua concepção. As Religiões ocidentais que, por vezes, foram consideradas como sendo universais, instituíram uma visão hegemônica, sendo que o mesmo pode ser dito a respeito de outras formas de alteridades não hegemônicas, como por exemplo, as questões identitárias relacionadas à raça, à classe, à nacionalidade, ao colonialismo e às questões de gênero. Nessa perspectiva, os discursos podem generalizar conceitos em relação ao “outro”, ao “diferente”, ao “exótico” e ao “naturalmente” inferior.

Agradecimentos são devidos ao CNPq e a FAPEMIG no desenvolvimento do presente trabalho

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. The Taxonomic reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630-54, 2016.

ANJOS, L. **Sistemas de classificação do conhecimento na Filosofia e na Biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta**, 2008. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas classificação bibliográfica**. Rio de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Janeiro, IBBD, 1969.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p.68-75, 1996.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 103-133.

MAI, Jens-Erik. Classification in a social world: bias and trust. **Journal of Documentation**, v. 66, p. 627-42, 2010.

OLSON, Hope A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. **Library Trends**, v. 47, n. 2, 1998.

PIEDEDE, M. A. Requião. Introdução a teoria da classificação. 2. ed. Ver/aum. Rio de Janeiro: **Interciência**, 1983.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, 1998. p. 19-33.

TRIVELATO, Rosana M. S., MOURA, Maria A. Formação discursiva, sistemas de classificação e o discurso estrangulado de Charlie Hebdo: impactos, desdobramentos e implicações na representação da informação da ciência da religião no século XXI. In: **XII Congresso ISKO España II Congreso ISKO España-Portugal**, 2015, Murcia. Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. Murcia: Facultad de Comunicación y Documentación. Universidad de Murcia, 2015. p. 1-8.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. **Formação discursiva e os sistemas de classificação bibliográfica**: impactos, desdobramentos e implicações na representação da informação da área da religião . 2016. 135 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-APDR6N>>. Acesso em: 20 jul. 2017